

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.853 - SP (2019/0353412-5)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : VINICIUS DE SOUZA RIBEIRO**  
**ADVOGADO : VINICIUS DE SOUZA RIBEIRO - SP0419920**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DIOGO FABRICIO DA SILVA ALBERGADO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DIOGO FABRICIO DA SILVA ALBERGADO, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO assim ementado (fl. 23):

Habeas corpus - Tráfico ilícito de entorpecentes - Condenação - Pleito de redimensionamento das penas, fixação de regime prisional diverso e substituição da pena privativa de liberdade - Impossibilidade - O remédio heroico não é o instrumento adequado para discutir a respeito do mérito da ação penal - Matéria deve ser alegada em recurso específico - Ordem não conhecida.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 666 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, negando ao réu o direito de recorrer em liberdade, por estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local dele não conheceu.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação válida para negar-se ao paciente o direito de recorrer da condenação em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar-se a prisão preventiva do paciente mantida no decreto condenatório, substituindo-a, se for o caso, por medidas cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

Compulsando o presente feito, constata-se que a peça inicial veio desacompanhada de documentação indispensável para o deslinde da controvérsia, no caso, o decreto de prisão preventiva do paciente.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do *habeas corpus* não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração (AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa –

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

